



Interações
ISSN: 1809-8479
ISSN: 1983-2478
interacoes.pucminas@gmail.com
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
Brasil

TEOLOGIA E POLÍTICA: uso e abuso do nome de Deus

Zwetsch, Roberto Ervino; TREIN, Hans Alfred
TEOLOGIA E POLÍTICA: uso e abuso do nome de Deus
Interações, vol. 15, núm. 1, 2020
Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil
Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313064676009>

ARTIGOS

TEOLOGIA E POLÍTICA: uso e abuso do nome de Deus

THEOLOGY AND POLITICS: use and abuse of the name of
Gods

Roberto Ervino Zwetsch rezwetsch@gmail.com.

*Doutor em Teologia por Faculdades EST (2007), Mestre em Teologia pela
Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção de São Paulo (1993),
graduado em Teologia pela Escola Superior de Teologia (1977), Brasil*

Hans Alfred TREIN hansatrein@gmail.com

*Mestre em Teologia por Faculdades EST (1991), graduado em Teologia
pela Escola Superior de Teologia (1977), Brasil*

Interações, vol. 15, núm. 1, 2020

Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais, Brasil

Recepción: 08 Septiembre 2019
Aprobación: 30 Mayo 2020

Redalyc: [https://www.redalyc.org/
articulo.oa?id=313064676009](https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313064676009)

Resumen: É sabido que no Brasil historicamente encontramos entre candidatos a cargos eletivos a menção recorrente do nome de Deus no seu currículo de vida. A finalidade parece evidente: promover sua ilibada dignidade moral e religiosa entre possíveis eleitores. Existem muitos estudos sociológicos sobre a relação entre religião e prática política no Brasil. O presente texto segue esta linha de investigação, mas com uma nova abordagem desde a perspectiva da teologia prática. Uma pressuposição evidente em nosso texto é que, nas últimas eleições gerais que tivemos no Brasil em 2018, se pôde verificar amplamente o uso e abuso explícito do nome de Deus por muitos candidatos, boa parte deles eleitos. Tais candidatos assumiram que eles tinham uma mensagem exclusiva e religiosamente fundamentada ao povo que crê em Deus. Tentamos explorar aqui este uso e abuso desde o exemplo específico do presidente eleito, capitão reformado do Exército Brasileiro Jair M. Bolsonaro.

Abstract: It is known that in Brazil historically there are candidates for elective positions that make recurrent mention of the name of God in their life curriculum. The purpose seems obvious: to promote their unblemished moral and religious dignity among potential voters. There are many sociological studies on the relationship between religion and political practice in Brazil. The present text follows this line of investigation, but with a new approach from the perspective of practical theology. An obvious assumption in our text is that, in the last general elections we had in Brazil in 2018, the explicit use and abuse of the name of God can be widely verified by many candidates, many of whom are elected. Such candidates assumed that they had an exclusive and religiously grounded message to the people who believe in God. We have tried to explore this use and abuse here since the specific example of the president-elect, retired captain of the Brazilian Army Jair M. Bolsonaro.

Keywords: Theology, Politics, Name of God, Jair M. Bolsonaro..

Palavras chave: Teologia, Política, Nome de Deus, Jair M. Bolsonaro

1 INTRODUÇÃO

“Mas entre vocês não é assim”

Fuente: Jesus (Marcos 10.43)

A questão do uso do nome de Deus na política institucional não é algo novo sob o céu na política brasileira. Existem muitos estudos sociológicos

sobre a relação entre religião e prática política no Brasil, como o livro do sociólogo José de Souza Martins (2011), *A política do Brasil: lúmpen e místico*, o atesta. Há um caso exemplar que vale recordar. Trata-se do apoio do presidente Getúlio Vargas (agnóstico, positivista) à Igreja Católica quando da instalação da estátua do Cristo Redentor na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1931, bem no início da era Vargas, que durou 15 anos. Para a igreja oficial importava garantir a hegemonia da Igreja Romana na sociedade e na política do governo do país.

Nas últimas décadas, constatamos no Brasil a ascensão do fenômeno pentecostal e, mais recentemente, do neopentecostalismo e seu projeto de poder (DUARTE, 2011)¹. Desde pelo menos 2010, líderes de igrejas neopentecostais (e em parte também da Assembleia de Deus) vêm elegendo um número crescente de candidatos ao Congresso Nacional (deputados e senadores), que se articulam na autodenominada Frente Parlamentar Evangélica (FPE). Precisamente em 2010, ano de eleições majoritárias e no contexto das discussões sobre o PNDH-32, o Plano Nacional de Direitos Humanos, em que se defendeu vários temas concernentes às questões de gênero e diversidade sexual, houve a seguinte proclamação em seminário da FPE:

Assim, num clima de campanha eleitoral, o senador Magno Malta (PR/ES) solicitou que o Povo de Deus questionasse os presidenciáveis no que tange ao posicionamento deles em relação a estes temas. Assim, a Igreja precisa saber sobre o posicionamento do presidente Lula e de sua candidata Dilma Rousseff em relação ao PNDH-3. Sendo favorável: “nós não estaremos com ele [Lula], porque Deus criou macho e fêmea”. (DUARTE, 2011, p. 99).

Nas eleições de 2018, este campo religioso elegeu vários governadores, prefeitos, muitos parlamentares, e se tornou uma das alavancas da vitória de Bolsonaro. Demonstrou, assim, força política considerável. No início do novo governo federal, esses setores religiosos entram nas disputas políticas com um programa moralista e conservador na esfera dos costumes, cobrando seu espaço nas instâncias do poder federal. Esta avaliação ainda necessita de mais aprofundamento em pesquisas posteriores, dada a complexidade do tema e do atual momento histórico. Mas o que se pode observar é que a formação do ministério do novo presidente, em janeiro de 2019, e as primeiras medidas anunciadas, já indicavam o sentido de sua política em relação à cultura e questões relativas à diversidade étnico-social.

O discurso do presidente, desde seus tempos como parlamentar e na campanha eleitoral de 2018, está baseado numa leitura conservadora e rasa do testemunho bíblico. Sua pauta de reivindicações está preferencialmente ligada a questões de moral e costumes. Demonstra igualmente uma disposição servil aos donos do capital, bancos e empresários, desqualificando permanentemente o serviço público e imprimindo na sociedade uma insegurança permanente. Sua forma de comunicação é populista, com largo uso das assim chamadas redes sociais, mas também goza de apoio nas classes médias que se sentiram preteridas ou prejudicadas com os avanços sociais das últimas décadas. Ronaldo de Almeida (2019a), em artigo disponível na internet, demonstra como

o conservadorismo que elegeu o presidente Bolsonaro reúne em suas bases políticas diferentes setores sociais, mas com alta preponderância de segmentos das igrejas cristãs, como pentecostais e neopentecostais, carismáticos da Igreja Católica e alguns outros grupos³. Para Almeida, estes setores do campo religioso devem assumir – queiram ou não – sua responsabilidade pela crise geral que afeta a sociedade brasileira neste momento da emergência da pandemia da Covid-19, que apenas serviu para realçar a crise econômica, social e política que desgraça a vida da maioria do povo brasileiro (MARTINS, 2020)

Neste artigo o foco será o discurso religioso que serviu de alavanca ideológica para a vitória política de Bolsonaro com apoio dos atuais comandantes militares, principalmente o oficialato da reserva que possivelmente ainda impeçam que as instituições responsáveis encaminhem processos de impedimento. As Forças Armadas e a concepção de um deus despótico são os sustentáculos políticos de um governo que se apresenta crescentemente autoritário.

2 BRASIL ACIMA DE TUDO. DEUS ACIMA DE TODOS

O título desse item traz o lema do candidato Bolsonaro, secundado pelo versículo bíblico de João 8.32, onde se lê: “a verdade vos libertará” (BÍBLIA SAGRADA, 2017) 4, que ele repetiu à exaustão durante toda a campanha e continua a fazê-lo seguidamente em suas falas já como presidente do país, revela um conhecimento raso e limitado do testemunho bíblico. Numa apreciação hermenêutica dessa perícopes do evangelho, Roberto E. Zwetsch (2017) escreveu que permanecer na verdade, guardar a verdade de Cristo, não é afirmar um dogma cegamente, mas antes, é seguir a palavra do mestre, é ficar firme na prática do amor, é praticar a palavra que Jesus anuncia. Discipulado no sentido do evangelho é seguimento, é praticar uma palavra que torna a pessoa livre, e não simplesmente repetir as palavras de Jesus literalmente, de maneira até frívola. Especificamente sobre o verso 32 do texto bíblico acima, o autor explica que ali o evangelista atesta um conceito de verdade e de liberdade diferente da concepção grega, pois para João a verdade é algo encarnado numa pessoa, Jesus (ZWETSCH, 2017, p. 309).

Esta liberdade para a qual Jesus chama o seu grupo de amigos e amigas não é algo abstrato ou legalista. É uma liberdade que diz respeito à vida em plenitude, em abundância: “O ladrão vem somente para roubar, matar e destruir; eu vim para que tenham vida e a tenham em abundância” (João 10.10). Isto significa vida salva, redimida, dignificada, por isto mesmo, libertada. Jesus, nessa perícopes, rejeita o papel de juiz ou de quem tem poder para condenar pessoas, pois ele vem para salvar, libertar, para oferecer nova chance de vida que se renova a cada circunstância. Observe-se que essa reflexão sobre a verdade e a liberdade termina com um questionamento radical contra os judeus ortodoxos. Esses argumentavam: “[...] somos filhos de Abraão” (João 10.37), mas Jesus lhes questiona: “então, por que vocês querem me matar?” Ele mesmo responde: “vocês

procuram matar-me porque a minha palavra não está em vocês”. Por isso, os ciosos ortodoxos da religião oficial são mentirosos e seguem – assim – o pai da mentira, na conhecida linguagem apocalíptica de João. Na conclusão dessa reflexão, o autor afirma que entre a verdade e a mentira existe um abismo que separa a vida da morte. Daí a seriedade e a transcendência desse debate que cruza os séculos.

Quem conhece a história política do Ocidente, especialmente da Europa na primeira metade do século 20, imediatamente associa o slogan da campanha de Bolsonaro ao de Adolf Hitler e ao do nazismo. No exemplo alemão, a frase era Deutschland über alles, que quer dizer Alemanha acima de tudo, que, à época, frequentava o Hino Nacional daquele país. Isto é bem claro, apesar de – no caso brasileiro – aparecer o acréscimo flagrante do nome de Deus: Deus acima de todos, para se diferenciar de alguma forma do slogan America First, do presidente estadunidense Donald Trump.

O estudo sobre os cristãos alemães na década de 1930, na Alemanha, pode servir como um exemplo histórico do que acontece quando as igrejas cristãs, ou setores delas, se politizam de tal forma que as igrejas e as pessoas de fé se tornam força de transmissão dos interesses de quem conduz o processo político num determinado momento histórico. A igreja se torna subserviente de um projeto político que a afasta de sua missão. Ela deixa de pautar seu pensamento e ação no evangelho da graça e do amor libertador de Cristo, e acaba se tornando apoiadora de grupos e instituições que em nada colaboram ou servem à causa de Cristo e do evangelho, isto é, à causa da liberdade plena da pessoa. A pesquisa do teólogo espanhol Héctor Vall (1976) traz elementos valiosos para o que estamos vivendo no Brasil dos tempos do presidente Bolsonaro. Vall estuda detalhadamente a divisão que ocorreu na Igreja Evangélica Alemã no início da década de 1930, focalizando especialmente a história do Sínodo de Barmen, de 1934, e sua famosa Declaração de Barmen, que evidenciou o conflito entre “cristãos alemães” (VALL, 1976, p. 40-128) aliados do Partido Nacional- Socialista (NS) e que serão responsáveis por conduzir a Igreja Evangélica à submissão a Hitler após 1934 (CORNU, 1971); de outro lado, estava o pequeno grupo de opositores do novo regime, entre os quais os herdeiros do socialismo religioso dos teólogos suíços Herrmann Kutter e Léonard Ragaz, que desde a primeira hora da ascensão dos partidários do NS perceberam a fraude ideológica e se posicionaram criticamente tanto na relação com o Estado como também internamente na compreensão da missão da igreja⁵. Barmen deixou claro que Igreja e Estado têm cada qual competências importantes, mas diferenciadas, e que são regidas por princípios igualmente diferentes: a Igreja se rege pelo evangelho; o Estado, pela lei. Confundir essas dimensões e competências pode levar ambos à ruína. A Declaração de Barmen (VALL, 1976, p.129-224) tem seis artigos breves e diretos sempre com suas partes: afirmação e condenação. Vall comenta cada artigo do documento. No que se refere à relação entre Igreja e Estado, a tese cinco explicita as competências entre Igreja e Estado, salientando a autonomia da igreja com relação ao estado e sua finalidade: estabelecer a justiça e a paz, e o emprego da força na medida

do entendimento e poder humanos. Ora, na época esta afirmação põe um limite bem claro à atuação de qualquer Estado, sobretudo ao então estado alemão, que a partir de 1933 passa a ser governado por Adolf Hitler.

Um dos principais pontos do conflito entre os dois grupos da Igreja Evangélica alemã foi o que se chamou de Führerprinzip, o princípio do líder ou guia único e total, origem do messianismo e totalitarismo nazista. A disputa se deu porque o Partido nazista precisava do apoio da igreja para capilarizar suas ideias e sua força de convencimento. A Alemanha que saiu derrotada na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) estava vivendo ainda um período crítico de muita pobreza, desemprego, confusão moral e social. Hitler emergiu no meio desse contexto social, econômico, político e espiritual como algo novo e revolucionário. Sua postura carismática e autoritária convenceu a muita gente. As pessoas mais lúcidas dentro e fora da igreja, no entanto, perceberam logo a direção para a qual aquele movimento poderia conduzir o país. O que se viu depois foi a crescente violência e intolerância exercidas pelos nazistas. Segundo Vall (1976), um texto de 1932, do teólogo Helmut Schreiner, que tematiza o problema de Deus no nacional-socialismo, resume bem o que estamos tratando de compreender no nosso momento histórico, guardando evidentemente as diferenças de tempo e lugar. Schreiner o faz a partir da análise dos 24 pontos do programa do partido NS e conclui:

El NS es testimonio de una voluntad de vivir que ha sido reprimida ... Está cargado de violencia revolucionaria. Por eso, a menudo se abre camino ciegamente y sin conocimiento. La razón no tiene cabida en su seno y se alegra de ello, porque odia lo espiritual y teme al pensamiento. Debe tomar necesariamente tal postura, puesto que ante todo y sobre todo, el NS es naturaleza (SCHREINER apud VALL, 1976, p. 43).⁶

Observe-se nessa citação a semelhança com alguns elementos que caracterizam o bolsonarismo como movimento político e mesmo como maneira de conduzir o governo a partir da vitória eleitoral de 2018. Deus acima de todos é de uma obviedade ululante do ponto de vista teológico, mas a nota diferencial do evangelho é que este Deus não age como monarca celestial. Pelo contrário, o Deus de Jesus é justamente aquele que desce, que se humaniza, que se entrega à morte para que outros vivam. Mas por que o então candidato se valeu dessa expressão para se comunicar com a população? Uma razão pode ser o fato de boa parte do povo brasileiro ser tradicionalmente religiosa, enquanto o movimento neopentecostal cresce no contexto de uma religiosidade pré-iluminista, fazendo uma leitura fundamentalista da Bíblia, sem os recursos da crítica textual e histórica, e das diferenças culturais entre oriente e ocidente, entre um mundo de 2000 anos atrás e o mundo de agora. A equação que se estabeleceu é simples e direta: quem coloca Deus acima de todos não será capaz de fazer coisas erradas, como procederam muitos dos que estavam antes no poder! Utilizar essa frase, portanto, não tem nada de ingênuo ou improvisado.

Fato é que o candidato Bolsonaro foi eleito. De 147.302.354 eleitores e eleitoras aptos a votar, ele recebeu 57.797.847 votos, 55,13% dos votos válidos por seu partido, o PSL na época (hoje o presidente está sem

partido). Seu opositor, Fernando Haddad (PT) conseguiu 47.040.906 votos, o que representa 44,87% dos votos válidos, uma diferença de pouco mais de 10%. Entretanto, somando os votos da oposição, mais nulos e brancos se chega a um montante nada negligenciável de 89.505.368 pessoas que, pelas mais diversas razões, não escolheram Bolsonaro. Contudo, hoje ele governa insinuando-se como se fosse um messias – palavra de que se vale, pois a tem no nome – encarregado de salvar o país do comunismo, incentivando o uso de armas pela população como medida de autodefesa, afrouxando leis ambientais, desmontando os controles públicos de defesa do patrimônio florestal brasileiro ao desautorizar servidores públicos diante de ações contra a invasão de áreas indígenas e públicas, apostando numa economia neoliberal clássica (menos estado e mais mercado), investindo publicamente contra quem pensa diferente, como se observa a cada fala do presidente ao deixar o Palácio do governo e criticar jornalistas de forma ofensiva.

3 O NOME DE DEUS E NOSSA IMAGEM DE DEUS

Uma apreciação do conceito bíblico do nome de Deus pode nos ajudar a situar a questão proposta nesse artigo. Em quase todas as traduções bíblicas Deus é chamado de Senhor. Assim, temos em inglês o termo Lord, em francês, Seigneur, em russo, Gospod, em alemão Herr. Contudo, tal caracterização do nome bíblico de Deus é inadequada e enganosa ou necessitada de contrabalanço. Muitas traduções ainda apresentam a denominação SENHOR em letras maiúsculas, um destaque gráfico que parece imprimir com mais força ainda a ideia de um Deus-Senhor em nossas almas e espiritualidade, um déspota que não admite a liberdade humana e apenas submissão e obediência cega.

Há centenas de anos, Deus vem recebendo essa máscara de Senhor na tradição cristã. Talvez se possa conceder que tenha havido nisso uma boa intenção, isto é, afirmar Deus acima de tudo, Senhor absoluto também sobre os senhores relativos deste mundo. Mas isto pode simplesmente mascarar outras intenções menos nobres de associar a imagem de Deus justamente com o poder daqueles que de tudo dispõem, sem freios, em nossas estruturas sociais e políticas que, só para lembrar, não foram dadas por Deus, mas construídas ao longo da história da Humanidade. Como livrar, então, a nossa imagem de Deus dessa máscara de Senhor? A sociedade tribal hebraica pode nos ajudar.

Na Bíblia hebraica, em Êxodo 3, encontramos a narrativa exemplar na qual Deus responde à pergunta de Moisés com a palavra Javé, o tetragrama hebraico que se pode grafar com a forma IAHWE ou JHWH (METTINGER, 2008, p. 49)⁷. O termo, porém, não é propriamente um nome, mas uma realidade extraordinária e significa: Eu sou/estou aí. Moisés fica estarecido diante de um arbusto em chamas, de dentro do qual ouve a voz de Deus. Esta palavra foi a resposta à pergunta que ele formulou à voz: “E se os israelitas me perguntarem: o que significa o seu nome? O que devo responder?” (Êxodo 3.13) Mais que esclarecer o mistério, a resposta o faz tremer. Esse Deus viu a miséria do seu povo

oprimido no Egito e desceu para convocá-lo a iniciar uma caminhada de libertação. Ele se propõe a levá-lo através do mar e do deserto a “[...] uma terra boa e ampla, na qual correm leite e mel” (Êxodo 3.17). Assim, esta é a promessa que configura a utopia dos hebreus: eles haverão de habitar uma terra boa e justa, em que o povo liberto reconstruirá sua vida e futuro para ser uma luz para os povos. Por isso, na legislação posterior há tanto respeito e cuidado para com o órfão, a viúva e o estrangeiro (Levíticos 25; Deuteronômio 10.18s).

Neste relato do Êxodo temos algo que se poderia caracterizar como de tirar o fôlego, pois é como se um ser humano mortal tivesse a ousadia de confrontar o próprio Deus. Um ser humano pede a Deus que explique o que significa o seu nome. Não é um filósofo ou uma autoridade, mas uma pessoa que se sente fraca e ansiosa diante de sua vocação: conduzir um povo pelo caminho da liberdade. A resposta que ouve, vale para ele e seus semelhantes. Ela contém o que Deus considera essencial e decisivo em relação ao ser humano e à humanidade. A voz de dentro do fogo responde a Moisés: “Eu sou, eu estou aí. Diga aos israelitas: Eu estou aí me enviou a vocês” (Êxodo 3.14). A forma verbal que dá origem ao nome inclui presente e futuro: Eu estou e estarei aí!

Podemos então afirmar que este nome, verdadeiramente sem paralelo, condensa, como num ponto de fusão, toda a mensagem bíblica. Que exista um Deus que afirma: Eu estou e estarei aí com vocês na caminhada de libertação da escravidão, e quero que vocês iniciem a peregrinação para a terra da felicidade que lhes preparei. Não lhes prometo facilidades nem ausência de adversidades e agruras. Eu os apoiarei em todos os perigos e os guiarei, podem crer, eu estarei com vocês, parece ser uma imagem única entre muitas tradições religiosas em toda a antiguidade. JHWH não se apresentou com o atributo de todo- poderoso absoluto que impede a desgraça e o mal. Apresentou-se como acompanhante solidário, também quando passamos pelo vale da sombra da morte (Salmo 23). Em Jesus, Deus passou por todos os estágios possíveis e comprovou a seriedade de ser Aquele que está aí.

No Novo Testamento, conforme a tradição de Mateus, este Deus se apresenta como Emanuel, o Deus conosco. A frase final que resume o evangelho parece ser uma ressonância do nome Deus-Eu-estou-aí como no Êxodo: “Eis que estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos” (Mateus 28.20). Deus caminha com seu povo rumo à libertação de toda a opressão. Os seguidores e seguidoras de Jesus são os do Caminho (Atos 9.2).

Como então este nome bíblico de Deus foi conscientemente deletado dos textos e substituído pelo título Senhor? Uma das causas pode ser a tradição litúrgica sacerdotal judaica. Os judeus piedosos entenderam que o nome de Deus era santo demais para ser pronunciado por boca humana. Assim, deixaram o termo JHWH no texto das leituras, mas liam a palavra Adonai, que significa Senhor. Na tradução grega do Primeiro Testamento – a Septuaginta, setenta tradutores traduziam a partir da leitura oral e não do texto escrito – se usou a palavra Kyrios, Senhor. Os tradutores cristãos traduziram o termo para o latim Dominus. E assim, passo a passo, ao

longo de gerações, o Deus libertador da escravidão e solidário com a gente oprimida do Êxodo passou a ser visto como um Deus dominador – Deus acima de todos⁸. As pessoas passaram a conceber Deus à semelhança dos senhores humanos que conheciam. Na tradição judaica, o Deus peregrino que caminhava com seu povo pelo deserto e habitava uma Tenda, acabou estacionado no templo de Jerusalém, que passou a ser o único lugar da verdadeira adoração. Não por acaso Jesus redefiniu esta tradição no seu diálogo com a mulher samaritana como encontramos na narrativa de João 4.19-26. Também não é acaso que os primeiros cristãos eram chamados os do “[...] Caminho [...]” (Atos 9.2; 22.4).

Ao redor de cinco mil vezes em que o nome de Deus ocorre na Bíblia, os textos não lembravam mais a gente do Deus que está aí, acompanhando solidariamente nos processos e na caminhada de libertação, como um relampejo de animação e esperança, mas sim ferindo as almas com a imagem de um Deus-Senhora, dominador. O Deus hebreu tinha se tornado um Deus como o de qualquer outra cultura opressora. Nele não encontramos mais o Deus solidário e libertador. Ele serve para manter a ordem estabelecida, o status quo. A religião passou a servir como instância de legitimação do Estado. Estudiosos e letrados ajudaram a construir esse retrocesso.

O Deus bíblico não aceita hierarquias ou uma compreensão estática de sua presença. Aliás, seu espírito sopra onde quer e nada pode impedir sua manifestação, nem potestades no céu nem poderes da terra (João 3.8; Colossenses 1.15-20). E se o quisermos encontrar concretamente num lugar, este deverá ser aos pés da cruz. Só o Crucificado é o Ressuscitado (1 Coríntios 1.23), ainda que isto possa parecer loucura ou escândalo (WESTHELLE, 2008). Portanto, o que se pode afirmar com toda a segurança é que este Deus não se alia aos poderosos de qualquer época. Ele é livre para libertar o seu povo oprimido, onde quer que este povo se encontre. Assim se pode interpretar o famoso cântico da jovem Maria, mãe de Jesus, de Lucas 1.52s: “Derrubou dos seus tronos os poderosos e exaltou os humildes. Encheu de bens os famintos e despediu vazios os ricos”. A interpretação de Lutero desse cântico é muito atual. Nela, o reformador destaca que Deus só olha para baixo (BARTH, 2018, p. 400; 398)⁹. Por isso ele vê Maria e a considera bem-aventurada. É essa jovem que, então, canta a este Deus e mostra que Ele não age como os poderosos, mas vê a opressão desse povo, desce para libertá-lo e aponta para um caminho de justiça, amor, compaixão e solidariedade. Maria, para Lutero, é uma profetisa no sentido próprio da palavra (ZWETSCH, 2019, p. 214s). Sua marca é a misericórdia e a compaixão, como tão bem vem ressaltando em suas homilias e documentos o Papa Francisco.

O que percebemos é que o Deus de Moisés e de Jesus é antes um Deus peregrino, que caminha com sua gente, sofre com ela, chora com ela, se compadece até as entranhas como escreveu o profeta Oséias (11.8). É um Deus que, como Jesus, não tinha onde reclinar a cabeça e sofreu a morte de cruz. Qualquer outra imagem, seja no passado, seja no presente, se torna ídolo como afirmaram Hugo Assmann e

Franz Hinkelammert a propósito das relações entre economia e teologia (ASSMANN; HINKELAMMERT, 1989).

Em nossa tradição judaico-cristã houve dois acontecimentos históricos em que a imagem de Deus foi pervertida: um deles se dá na história de Israel, quando da passagem das sociedades tribais para a monarquia. Passagem de sociedades nômades para sedentárias. Passagem da tenda para o templo. Os textos de 1 Samuel atestam que JHWH estava sendo substituído pelo rei, o Deus-conosco estava sendo substituído por um senhor. Ali começava a sociedade de Estado (1 Samuel 8.11-18). A partir desse momento Israel se estruturava numa organização política semelhante aos povos vizinhos, com seus exércitos. Não era mais JHWH, o Senhor dos Exércitos; essa função agora passava para o rei (1 Samuel 7 e 8).

O outro evento se dá na história cristã. No século IV, sob o imperador romano Constantino, às voltas com a decadência do Império, o cristianismo passou de uma comunidade perseguida à religião do Estado, a religião oficial do império. Este aparente privilégio, que consistiu em deixar de ser comunidade de fé perseguida, levou a instituição, já minimamente organizada com bispos e autoridades, bem ao estilo patriarcal da sociedade romana, a participar do sistema de poder político, uma tentação que se tornou uma arapuca fatal, passando a ser uma característica permanente dessa história.

O caráter revolucionário da fé dos hebreus, a tradição profética que contestou a centralidade do culto no templo, a tradição cristã primitiva da comunidade de iguais em torno da fé no profeta de Nazaré é central na visão cristã. Nessa comunidade, como escreveu o apóstolo Paulo, “[...] não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto, nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus” (Gálatas 3.28). Quer dizer, trata-se de uma comunidade em que todas as pessoas são filhas e filhos de Deus, e por isso, herdeiras da promessa. Tal origem igualitária foi embaçada, esquecida, suprimida, calada, seguidamente na história cristã, até surgirem movimentos e grupos que retomam historicamente essas raízes e desde dentro procurem superar a mordaza autoritária, para que a semente libertária volte a crescer e transformar a história. Este movimento não pode ser contido. Ele ciclicamente se manifesta das formas mais surpreendentes e inusitadas. Dentro ou fora das instituições religiosas.

No caso mencionado no início deste artigo, da oposição que uma minoria de evangélicos assumiu diante do totalitarismo e messianismo do nacional-socialismo de Hitler na Alemanha dos anos de 1930, é precisamente esta tradição crítica e profética que permitiu a esse grupo dizer não ao autoproclamado Führer, o líder que se impôs como único do povo alemão e também da igreja, para então formar a Igreja Confessante, assumindo todos os riscos que esta decisão acarretou. A liberdade cristã, que é a liberdade de Cristo, não pode estar condicionada por nenhuma outra realidade, muito menos a autoridade de um governo totalitário. Para esse grupo, estava em jogo o núcleo da fé cristã, o senhorio de Cristo, o sentido da igreja e sua missão no mundo. Como o formulou a Declaração de Barmen (1934), a pessoa cristã só deve obediência, em última instância,

a Cristo, pois ele é a única palavra de Deus que merece ser seguida. E a lei de Cristo é a lei do amor! Esta confissão terá consequências radicais no conflito com o regime nazista, tanto na relação desse grupo com as novas autoridades da Igreja Evangélica Alemã instituídas pelo grupo que tomou o poder, os cristãos alemães que se submeteram ao poder político de Hitler, como também na relação com o estado e suas exigências absolutas e racistas (VALL, 1976, p. 206-208).

Vários de seus líderes foram presos, torturados, mortos, ou se tornaram pessoas perseguidas, alguns exilados. O nome mais conhecido é Dietrich Bonhoeffer, o pastor e teólogo luterano que ousou participar do complô para matar Hitler, conspiração fracassada e que – descoberta – levou seus líderes à prisão e à morte. Bonhoeffer ficou vários anos preso e pouco antes do final da 2ª Guerra Mundial, no dia 09 de abril de 1945 foi condenado à morte por enforcamento, e como informam biógrafos, por ordem direta de Hitler. Suas cartas da prisão se tornaram famosas ao serem reunidas por seus amigos no livro póstumo *Resistência e submissão* (BONHOEFFER, 2003), traduzido em vários idiomas. Bonhoeffer se tornou um mártir da liberdade cristã e da ousadia de proclamar o evangelho desde as margens, desde a perseguição e a tortura, desde os mais fracos e pobres. Gustavo Gutiérrez, no seu livro *A força histórica dos pobres* (1982), considera Bonhoeffer um dos pioneiros da teologia da libertação, ainda que oriundo de uma família e teologia burguesas. Gutiérrez afirma que Bonhoeffer não ficou preso ao mundo burguês e por isto conseguiu questionar seu fundamento ideológico, social e econômico. Como escreveu Nélcio Schneider, em texto apresentado no evento dos 50 anos da morte de Bonhoeffer, realizado na Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, em 09/04/1995, citando Gutiérrez, Bonhoeffer visualizou intuitivamente a causa dos pobres e oprimidos, ainda que não tenha tido o tempo suficiente de colocá-la no centro de sua reflexão (SCHNEIDER, 1995). Sua perspectiva de baixo, como assinala Gutiérrez, o aproxima do que viria a ser – bem depois – a teologia da libertação. Esta, de alguma forma, representa um aprofundamento, a partir da realidade latino-americana, da descoberta intuitiva de Bonhoeffer.

A influência do pensamento e da radicalidade cristã de Bonhoeffer se faz presente em gerações de cristãos protestantes na América Latina. Por exemplo, pode-se recordar o círculo de teólogos de ISAL – Igreja e Sociedade na América Latina, nos anos de 1960, do qual faziam parte o uruguaio metodista Júlio de Santa Ana, Hugo Assmann, católico, e Rubem Alves, presbiteriano; o protestantismo cubano e vários teólogos presbiterianos reformados como Sérgio Arce Martinez, Adolfo Ham e Carlos Camps; além de teólogos da TdL como Jon Sobrino, Franz Hinkelammert e mais particularmente teólogos, teólogas e pastores luteranos em toda a América Latina.

Esta via profética do movimento de Jesus vem sendo retomada em muitos estudos e pesquisas recentes, como nas obras da teóloga metodista Elsa Tamez, na hermenêutica popular da Bíblia de Nancy Cardoso Pereira ou na teologia sistemática de Ivone Gebara. É esta tradição que vem renovando a teologia e a prática das comunidades cristãs. De

certa forma, esta tradição assume uma radicalidade inusitada na atual teologia feminista, que resgata o sentido da liberdade cristã desde a raiz ao reinterpretar o dito de Paulo em Gálatas 3.28, para resgatar sua teologia do patriarcalismo que vingou nas comunidades cristãs já no final do primeiro século. A teologia feminista de libertação tornou-se uma reflexão incômoda nas igrejas porque questiona os fundamentos do patriarcalismo cristão, a homofobia, a subserviência das mulheres para com os homens, proclamando que o evangelho é uma mensagem de liberdade dada pelo Espírito de Deus em Cristo. Ora, o Espírito é livre, sopra onde e quando quer, é sinal de unidade na diversidade reconciliada, o que obriga a repensar toda a teologia cristã e a prática comunitária (GEBARA, 2017; STRÖHER, Marga J.; DEIFELT, Wanda, MUSSKOPF, André S. (Org.), 2004; MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia, 2014).

4 SOBRE A PERVERSÃO DO NOME DE DEUS

Conforme Eliane Brum (2019), há crescente confusão – que nos parece premeditada, planejada – entre o nome de Deus e o nacionalismo, mas não qualquer nacionalismo, e sim um nacionalismo desfigurado feito à medida dos interesses neoliberais que prevalecem na orientação de uma equivocada política econômica direcionada aos interesses de rentistas e bancos privados que só beneficia o sistema financeiro, razão pela qual o número de desempregados não cai, pois o governo nada faz para reverter esta mazela nacional, como se tem visto no primeiro ano de governo. Não só o desemprego se firmou, como aumentou o número de pessoas sujeitas a trabalhos precários, sem carteira assinada ou quaisquer outros direitos trabalhistas, isto sem contar a tragédia que a pandemia está causando com a demissão em massa de trabalhadores e trabalhadoras, diante da resposta ineficaz do governo.

Quanto ao sentido do uso do nome de Deus, Eliane Brum adianta uma interpretação importante para teólogas e teólogos. Sintomaticamente, ela se pergunta: em que crê o Deus de Bolsonaro? Para Brum, Deus crê que os negros, que são os mais pobres e os que mais morrem por violência e enfermidades, viviam felizes antes de Lula e o Partido dos Trabalhadores inventarem as tensões raciais. Deus pensa que as escolas brasileiras se converteram num bacanal infantil, estimulado por docentes adeptos da ideologia de gênero. Deus odeia o mundo globalizado. Deus crê que os migrantes podem ameaçar a soberania da nação. Deus está seguro de que o Brasil se aproximou demais da China. Deus é tão fã de Donald Trump que até pode colocar na cabeça um chapéu com o nome do presidente dos EUA. O argumento apenas amplia diferentes declarações do agora presidente, mas com a devida ironia. Por isto, também coloca o outro lado desse Deus estranho.

Se o Deus de Bolsonaro crê, também descrê. Ele não acredita que a ditadura brasileira – esse período trágico da vida brasileira que durou 21 anos (1964-1985) e que contabiliza milhares de pessoas sequestradas, torturadas, expulsas do país e assassinadas nos porões e casas de morte (VV.AA, 1986; BRITO, LESBAUPIN, CHRISTO,

1977) – foi mesmo uma ditadura (ALVES, 1968). Tampouco crê no aquecimento global. Para este deus estranho tudo isto é invenção da esquerda, do comunismo ou do marxismo cultural, este último exercendo uma verdadeira dominação ideológica na educação brasileira e que precisa urgentemente ser expurgado a qualquer custo, nem que para tanto seja preciso enlamear a memória do internacionalmente reconhecido patrono da educação, Paulo Freire.

Nessa linha, um debate que se instalou nos últimos anos no país foi levantado como bandeira dos grupos conservadores e ficou conhecido pelo nome do projeto Escola sem Partido (ELIAS, 2019)¹⁰.

Se esta interpretação é verdadeira, e cremos que seja, estamos diante de um abuso sem precedentes da velha cultura religiosa que impera no Brasil desde os tempos coloniais: o uso ad absurdum do nome de Deus para justificar a opressão, a miséria e o crime contra a população brasileira, sobretudo a mais pobre. E o mais trágico, com o apoio eleitoral de parte dessa mesma população, embora se observe uma redução significativa a partir da posição que o presidente assumiu na gestão da pandemia do coronavírus¹¹.

O teólogo Leonardo Boff afirma que tal uso político do nome de Deus se caracteriza como blasfêmia. Ele escreveu:

Vivemos atualmente num país dilacerado por ódios viscerais, por acusações de uns contra os outros, com palavras de baixíssimo calão e por notícias falsas (fake news) produzidas até pela autoridade máxima do país, o atual presidente e multiplicadas por robôs. Com isto ele mostra a falta de compostura em seu alto cargo e das consequências de suas intervenções, além dos despropósitos que profere aqui e no exterior. (BOFF, 2019).

Depois de citar o famoso lema de Bolsonaro comentado acima, Leonardo Boff escreve:

O segundo mandamento é claro [ao advertir para] ‘não usar o nome de Deus em vão’. Só que aqui o uso do nome de Deus não é apenas por abuso, mas representa uma verdadeira blasfêmia. Por quê? Porque não há como combinar Deus com ódio, com elogio à tortura e a torturadores e com as ameaças a seus opositores como fazem Bolsonaro e seus filhos (BOFF, 2019).

O atual presidente, por outro lado, não esconde sua intenção e incentivo ao uso das armas para combater adversários, como se pode ver em fotos empunhando armas durante a campanha de 2018 ou na visita a Israel em 2019, como se constatou numa foto tornada pública em muitos meios de comunicação no mundo inteiro.

Este incentivo ao combate armado contra opositores é algo inédito na democracia brasileira após a redemocratização de 1985. Impressiona o fato de que o Supremo Tribunal Federal ou o Poder Legislativo não tenham acionado a Constituição para conter este tipo de defesa explícita da quebra do regime democrático. Outra questão é a dificuldade dos poderes constituídos se pronunciarem sobre a maneira como o governo federal age contrariamente às medidas de isolamento social propostas pela Organização Mundial da saúde e mesmo do ministério da Saúde como único caminho viável neste momento para diminuir a disseminação do coronavírus em meio à população. No caso de governadores e prefeitos

nos últimos meses, representando distintos partidos, o que se pode observar foi um esforço enorme para fazer frente à pandemia, para o qual os estados dependem do apoio federal em todos os sentidos.

Voltando ao texto de Leonardo Boff, depois de recordar que o Deus de Jesus é amor e misericórdia, ele assim analisa do sentido do que vem se definindo como bolsonarismo:

O “bolsonarismo” conduz uma política como confrontação com os opositores, sem diálogo com o Congresso, política entendida como um conflito, de viés fascista. Consequentemente, propaga e legitima, a partir de cima, uma verdadeira cultura da violência, permitindo que cada cidadão possa possuir até quatro armas. A arma não é um brinquedo para o jardim de infância, mas um instrumento para matar ou se defender mutilando ou matando o outro. [...] Que Deus é esse que o leva a tirar o direito dos pobres, a privilegiar as classes abastadas, a humilhar os idosos, a rebaixar as mulheres e a menosprezar os camponeses, sem perspectiva de uma aposentadoria digna ainda em vida? (BOFF, 2019).

O que dizer, então, da política de extermínio dos povos indígenas, negando-lhes o direito originário constitucional a suas terras tradicionais?

Chama a atenção na imprensa brasileira como, desde que Bolsonaro assumiu a presidência, de forma recorrente diferentes articulistas abordam o componente ideológico- religioso que faz parte do centro das ações deste governo. Mais adiante vamos retornar a esta questão ao tratar da comemoração da páscoa de 2020 em evento público no Palácio do Planalto. Fábio Py, da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, apresenta num artigo recente (2020) vários momentos em que esta dimensão da prática política governamental incide no que ele caracteriza como cristofascismo. Este conceito foi formulado no âmbito da crítica ao nazismo feita pela teóloga Dorothee Sölle (SÖLLE, 1970), como informa o autor, mas para que sirva aos nossos propósitos precisaria ser aprofundado no caso brasileiro.

Ora, esta forma de falar de Deus e introduzir o seu nome na cena política quase ao modo de um apoiador-mor do atual governo, nada tem a ver com o bíblico Deus-amor ou Deus-misericórdia a quem pertence a terra, tudo o que nela existe e as pessoas que nela habitam (Salmo 24), dispondo de sua criação numa viva e produtiva diversidade. O uso do nome de Deus é algo muito grave e vai exigir da pesquisa e da própria sociedade brasileira uma resposta que não pode tardar, pois neste momento histórico corremos sério risco em relação ao exercício da democracia no Brasil, como vários autores debateram no livro *Democracia em risco?* (VV. AA, 2019).

Nesse sentido, a aproximação de igrejas neopentecostais à direita norte-americana e ao sionismo fundamentalista é algo novo e preocupante como fenômeno religioso no Brasil. O judaísmo integrista, como visto na Igreja Universal do Reino de Deus reforça a linguagem do ódio ao não judeu, justificando políticas neocoloniais praticadas pelo atual Estado de Israel, por exemplo, contra o povo palestino. Ronaldo de Almeida, em avaliação cuidadosa do início de 2019, já escrevera que “[...] o espaço que o deus [...] de Bolsonaro terá em seu governo e às possíveis implicações disso, só será possível saber satisfatoriamente passado algum tempo de mandato.

Entretanto, aprendi com um velho político que um governante governa como e com quem se elege.” (ALMEIDA, 2019b, p. 39)12.

O psicanalista Contardo Calligaris (2019), em entrevista ao jornal Zero Hora, afirma: “Vivemos uma onda de psicopatia no país”. Mais incisivo, disse ainda que se tivesse que descrever qual é a doença do século 21, ela estaria entre a perversão e a psicopatia. Se ele tem razão em sua análise, estamos vivendo um momento verdadeiramente trágico no país. Parece que nos encontramos diante de um verdadeiro caso psicanalítico que estes profissionais deverão analisar para nos ajudar a entender. Só assim, quem sabe, o Brasil como nação poderá recuperar no futuro a lucidez e a paz social necessárias para reconstruir o que está sendo destruído sistematicamente em diversos âmbitos da vida nacional e num período desgraçadamente célere: na educação, na saúde, nas condições ambientais, nas relações de trabalho, na economia, na política e, não por último, na desastrosa política internacional, como se viu na visita que o presidente fez ao Estado de Israel em abril de 2019, afirmando que o nazismo foi um regime de esquerda, além de ignorar totalmente o povo e a causa palestina, que até bem pouco tempo o Brasil apoiava soberanamente, sem por isso cortar relações com Israel.

O caso do Brasil atual serve para um vigoroso alerta à teologia prática, às igrejas e especialmente aos governantes. Não se usa impunemente o nome de Deus. A perversão do uso do nome de Deus tem um preço histórico. O deus do ódio, como escreveu a jornalista Eliane Brum (2019), não é definitivamente o Deus de Jesus, dos profetas, da cruz e da ressurreição. O abuso desse nome pode nos levar a uma tragédia maior do que aquela que já vivemos neste grande e pobre país.

5 A TEOLOGIA NEFASTA E A MANIPULAÇÃO DA RELIGIÃO

A pseudoteologia que se instalou junto ao poder político no Brasil atual é extremamente perigosa. Ela é, na verdade, uma teologia nefasta que precisa ser urgentemente denunciada e combatida com a mensagem do evangelho libertador. É nele que ouvimos a mensagem de Jesus: quem ama não incita ao ódio nem ao uso das armas. Aliás, Leandro Karnal (2019) o expressa de uma forma contundente:

[...] uso o evangelho e uso a vida de Jesus, a quem eu digo seguir, para defender a violência, a tortura, a pena de morte [...]. [Pois, em assim fazendo,] adapto Deus ao meu universo moral. E aí o Deus customizado tem seu aspecto mais trágico: faço Jesus defender a pena de morte, sendo que ele sofreu a pena de morte; defendo a tortura em nome do bem, quando o Supremo Bem foi torturado; excluo pessoas que não mereceriam a misericórdia ou compaixão, em nome do Deus da misericórdia e da compaixão. [...] Será que estas pessoas que estou chamando, entre aspas, de “pessoas de bem”, leram o mesmo evangelho que eu li? [...] Porque perseguir, matar e fazer discurso de ódio em nome de Deus é a suprema elaboração do mal, porque eu torno o ódio uma virtude, a exclusão, um mérito e torno o combate ao outro um dever ditado por Deus [...] (KARNAL, 2019).

Na semana de paixão e páscoa de 2020 foi possível acompanhar – ainda que para nós, como algo estarrecedor – a apropriação da mensagem do evangelho da ressurreição por nada menos que o Presidente da República e sua assessoria, em cerimônia no Palácio do Planalto. Fábio Py (2020) mostra como os intelectuais do governo atual apostaram no objetivo de relacionar o presidente com a figura de Jesus Cristo. Para tanto, Bolsonaro lembrou do seu sofrimento e (quase) morte quando da facada que recebeu no período da campanha eleitoral de 2018, bem como a posterior vitória (ressurreição?). Como escreve o autor:

Acionando a simbologia pascal, Bolsonaro evocou a si a lembrança do sofrimento, a (quase) morte e vitória eleitoral. Dessa forma, a própria alegoria da Páscoa fora [sic] utilizada para uma nova construção da imagem de Bolsonaro, a do servo sofredor que venceu a morte para defesa da nação. Com isso, entende-se a força do apelo à religião como possibilidade estratégica de comunicação do caráter autoritário do governo. Essa operação de utilização da religião para legitimar e ampliar o autoritarismo é o que chamo de “cristofascismo brasileiro”. E esse cristofascismo se estabelece porque o bolsonarismo fabrica intencionalmente uma “guerra dos Deuses” a partir de uma teologia do poder sustentada na memória do cristo europeu: sacrificialista e expiatório das minorias sociais. Assim, em plena Páscoa, o governo cristofascista de Bolsonaro desenvolveu uma ofensiva, redesenhando uma cristologia autoritária firmada sobre a figura do mártir e do messias, comparando-o à memória do Cristo pascal (PY, 2020)13.

Diante desse tipo de pseudoteologia ou de uma teologia da corte, a serviço da legitimação de um poder autoritário e discriminatório que semeia o ódio, a ofensa sistemática de quem pensa diferente e a sanha pelo poder unipessoal que desconsidera completamente o sentido da democracia como sistema de poder político e da convivência com o contraditório, é urgente na teologia cristã aprofundar os estudos sobre a relação entre poder político e teologia, entre igreja e estado, entre democracia e liberdade. Se consideramos a prática de Jesus e sua relação com Deus – que ele chamava com o termo aramaico Abba, Pai – como relatado nos evangelhos, aprendemos que o teste mais verdadeiro do amor ao próximo é o amor ao inimigo (Mateus 5.44ss), por mais difícil que seja. Este Jesus não aceita o uso em vão do nome de Deus. Mas é imprescindível compreender o que seja o amor ao inimigo. Em certos momentos, ele exige a luta contra o inimigo, melhor, contra suas maldades ou iniquidades, na justa linguagem dos Salmos (Salmo 139.19-22), ainda que sempre defendendo a vida também da pessoa ímpia ou idólatra. No contexto atual da pandemia do coronavírus, esta exigência evangélica parece absurda diante da desfaçatez de um presidente que ignora a gravidade da pandemia, a sua proliferação por todo o território nacional, a contaminação de centenas de milhares de pessoas e a morte de outros tantos milhares. O país está enfrentando um momento muito difícil, único em sua história. Mas temos um presidente que não demonstra o mínimo de compaixão com as pessoas que sofrem a morte de entes queridos, que não se scandaliza com as centenas de covas abertas às pressas nos cemitérios de Manaus, Fortaleza, Natal, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro e outros lugares, que se vale de ironia para não confrontar-se com a pandemia. Sem dúvida, trata-se de um caso limite de corrupção

do que de mais caro se pode considerar na fé cristã: o nome de Deus e sua promessa de vida e salvação. Não há mais como aceitar passivamente tal teologia que – aproveitando um neologismo – podemos caracterizar como necroteologia ou teologia da morte planejada¹⁴, tomando de empréstimo um conceito semelhante formulado pelo filósofo Achille Mbembe (2018).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Palavras ferem, podem induzir ao ódio, à covardia e à destruição de outra pessoa. O poeta pantaneiro Manoel de Barros (2010) escreveu que há momentos em que é preciso escovar palavras como os arqueólogos fazem com ossos, para descobrir histórias passadas (BARROS, 2010, p. 15)¹⁵, mas também as atuais, dizemos nós. No caso do atual presidente, muitos dos seus discursos incitam inequivocamente ao ódio e à intolerância, à desfaçatez, ao delírio coletivo mórbido. Por isto, uma primeira lição que a realidade atual nos ensina é que suas palavras devem ser levadas a sério, geram fatos, induzem condutas, prometem mundos, que em boa medida só existem nas mentes das pessoas que aceitam as falas do presidente.

Por isto, parece-nos que a centralidade que o discurso religioso assumiu no atual governo é algo grave, até certo ponto inédito nesta dimensão, ainda que as influências entre política e religião sejam um fato histórico na política brasileira como afirmamos no início.

A condução da política nacional pelo presidente Bolsonaro, o apoio que ele adquiriu com uma votação expressiva que lhe garantiu a vitória eleitoral, sua cumplicidade com a base eleitoral neopentecostal e as pautas de costumes morais por ele assumidas como política de Estado, tudo isto exige que se estude o que vimos chamando neste artigo de pseudoteologia ou ainda uma teologia nefasta, uma vez que se estrutura num literalismo bíblico e num fundamentalismo hermenêutico que não se sustenta a partir de um estudo mais rigoroso da bíblia ou mesmo da história da teologia crítica.

O estudo que fizemos do nome de Deus e o sentido libertador de sua ação entre o povo judeu e, especialmente, entre as pessoas mais humildes, pobres, injustiçadas e violentadas, a partir do evangelho de Jesus, precisa ser resgatado neste debate com o setor ultraconservador das igrejas cristãs que arregimentou um considerável rebanho que apoia o presidente.

O que temos observado é que a desconsideração pelo sentido da democracia como sistema de poder político e da convivência com o contraditório levanta um questionamento urgente para a teologia cristã, principalmente diante de um governo que se vale de fundamentos teológicos e da moralidade cristã para justificar suas políticas e formas de governar. Por isto cabe aprofundar os estudos sobre a relação entre poder político e teologia, entre igreja e estado, entre democracia e liberdade. Se consideramos a prática de Jesus e sua relação com Deus – que ele chamava com o termo aramaico Abba, Pai – como relatado nos evangelhos, aprendemos que o teste mais verdadeiro do amor ao próximo é o amor ao inimigo (Mateus 5.44ss), por mais difícil que seja. Este Jesus não aceita

o uso em vão do nome de Deus. Mas é imprescindível compreender o que seja o amor ao inimigo. Isto quer dizer, em nosso contexto, que ele exige a luta contra o inimigo, melhor ainda, uma luta perseverante contra suas maldades ou iniquidades, na justa linguagem dos Salmos (Salmo 139.19-22), ainda que sempre defendendo a vida também da pessoa ímpia ou idólatra. Não por vingança ou deleite, mas em nome da paz e da justiça para todas as pessoas, sem distinção.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos Estudos CEBRAP**. São Paulo, v. 38, n.01, p. 185-213, 2019a.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Deus acima de todos. In: VV.AA. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019b. p. 35-51.
- ALONSO, Angela. A comunidade moral bolsonarista. In: VV.AA. **Democracia em risco? 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019, p. 52-70.
- ASSMANN, Hugo; HINKELAMMERT, Franz. **A idolatria do mercado**. Ensaio sobre economia e teologia. São Paulo: Vozes, 1989.
- BARROS, Manoel de. **Memórias inventadas**. As infâncias de Manoel de Barros. São Paulo: Planeta, 2010.
- BARTH, Karl. **Dádiva e louvor**. Ensaios teológicos. 4ª ed. revisada. Trad. Luís Marcos Sander; Walter Altmann; Walter O. Schlupp. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2018.
- BÍBLIA SAGRADA**. Letra Grande. Trad. João Ferreira de Almeida. Nova Almeida Atualizada. 3ª ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017.
- BOBSIN, Oneide. **Correntes religiosas e globalização**. São Leopoldo: CEBI, Escola Superior de Teologia, Curitiba: Pastoral Popular Luterana, 2002.
- BOFF, Leonardo. A blasfêmia de Jair Bolsonaro: que “Deus” acima de todos? 25 mar. 2019. Disponível em: <https://leonardoboff.org/2019/03/25/a-blasfemia-de-jair-bolsonaro-que-deus-acima-de-todos> Acesso em: 28 maio 2020.
- BONHOEFFER, Dietrich. **Resistência e submissão**. Cartas e anotações escritas na prisão. Trad. Nélcio Schneider. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2003.
- BRITO, Frei Fernando de; LESBAUPIN, Frei Ivo; CHRISTO, Frei Carlos Alberto Libânio. **O canto na fogueira**. Cartas de três dominicanos quando em cárcere político. Petrópolis: Vozes, 1977.
- BRUM, Eliane. El Dios del odio de Bolsonaro. **El País**. Madrid, 2 jan. 2019.
- CALLIGARIS, Contardo. Entrevista. **Zero Hora**, *Porto Alegre*, 28/03/2019, Suplemento Doc, p. 12-14.
- CORNU, Daniel. **Karl Barth – teólogo da liberdade**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

- CRÜSEMANN, Frank. **Preservação da liberdade**. O decálogo numa perspectiva histórico-social. Trad. Haroldo Reimer. São Leopoldo: Sinodal; CEBI, 1995.
- CUNHA, Magali do Nascimento. **A explosão gospel**: um olhar das ciências humanas sobre o cenário evangélico no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, Instituto Mysterium, 2007.
- CUNHA, Magali do Nascimento Cunha. A falaciosa representação evangélica no apoio ao bolsonarismo. **Carta Capital**. Rio de Janeiro, 8 abr. 2020.
- DUARTE, Tatiana dos Santos. “**A casa dos ímpios se desfará, mas a tenda dos retos florescerá**”: a participação da Frente Parlamentar Evangélica no legislativo brasileiro. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Brasília: UNB, 2011.
- DUMER, Pablo Fernando. Doente de Brasil: uma análise tillichiana da situação no Brasil. *Revista Eletrônica Correlatio* v. 18, n. 2, p. 89-107, 2019.
- ELIAS, Andresa Santos. “**Escola Sem Partido**”: implicações no ato de ensinar. TCC - PUC/Campinas, 2019.
- GEBARA, Ivone. **Ecofeminismo: desafios para repensar a teologia**. São Paulo: Terceira Via, 2017.
- GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força da história dos pobres**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LEITÃO, Miriam. Bolsonaro implode o próprio governo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25 abr. 2020.
- KARNAL, Leandro. Fé Líquida - Programa Café Filosófico CPFL. YouTube, 17 mar. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YnQ1LAFJ3-4>. Acesso em: 25 jun.2019
- MARTINS, Antonio. O que a pandemia diz sobre dinheiro, Estado e esquerda. **OUTRAS PALAVRAS**. São Paulo, 14 maio 2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/videos/o-que-a-pandemia-revela-sobre-dinheiro-estado-e-esquerda/> Acesso em 28 maio 2020
- MARTINS, José de Souza. **A política do Brasil**: lumpen e místico. São Paulo: Contexto, 2011.
- MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: Edições N-1, 2018.
- METTINGER, Tryggye. O significado e a mensagem dos nomes de Deus na Bíblia. Trad. Daniel Sotello. Santo André: Academia Cristã, 2008.
- MUSSKOPF, André S.; BLASI, Marcia, 2014 (Org.). **Ainda feminismo e gênero**. Histórias, gênero e sexualidade, sexismo, violência e políticas públicas, religião e teologia. São Leopoldo: CEBI, EST, 2014.
- PY, Fabio. Cristologia pascoal bolsonarista. **IHU on line**. São Leopoldo, 17 abr. 2020.
- SCHNEIDER, Nélío. Sinais da teologia e do testemunho de Dietrich Bonhoeffer na América Latina. **Estudos Teológicos**. São Leopoldo, v. 35, n. 3, p. 246-257, 1995.
- SÖLLE, Dorothee. **Beyond Mere Obedience**: Reflections on a Christian Ethic for the Future, Minneapolis: Augsburg Publishing House, 1970.
- STRÖHER, Marga J.; DEIFELT, Wanda; MUSSKOPF, André S. (orgs.). **À flor da pele**. Ensaios sobre gênero e corporeidade. São Leopoldo: Sinodal, EST, CEBI, 2004.

- VALL, Héctor. **Iglesias e ideologia nazi**. El Sínodo de Barmen (1934). Salamanca: Sígueme, 1976.
- WESTHELLE, Vítor. **O Deus escandaloso**. O uso e abuso da cruz. Trad. Geraldo Korndörfer. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2008.
- ZWETSCH, Roberto E. A verdade libertará quem crê em Jesus! In HOEFELMANN, Verner. **Proclamar libertação**. Auxílios para o anúncio do evangelho. v. 42. São Leopoldo: Sinodal, EST, 2017, p. 307-312.
- ZWETSCH, Roberto E. Lutero, justiça social e poder político. In. ZWETSCH, Roberto E. (org.). **Resgatando a radicalidade da Reforma protestante**. São Leopoldo: CEBI, 2019, p. 210-229.
- ALVES, Márcio Moreira. **O Cristo do povo**. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.

Notas

- 1 Segundo a autora, a FPE faz um movimento de sacralização das suas escolhas políticas e visões de mundo, aspirando inclusive a se tornarem uma obra de conversão da nação. Artigo de Magali do Nascimento Cunha (2020), relaciona nome e instituição a que pertencem 34 líderes de igrejas neopentecostais, entre os quais se destacam os pastores da Igreja Universal, da Igreja Internacional da Graça de Deus, da Igreja Mundial do Poder de Deus e muitos outros, todos esses identificados e que dão suporte à FPE.
- 2 O debate em torno deste PNDH3 gerou muita polêmica, especialmente por confrontar setores ultraconservadores da sociedade brasileira. Considerando a história recente do país nas últimas décadas após a Constituição Federal de 1988, pode-se constatar que o Partido dos Trabalhadores (PT) ficou vulnerável ao não aceitar que se colocasse o nome de Deus na Constituição de 1988, por entender que o estado deve ser laico e defender as pautas já mencionadas do PNDH-3. Entendemos que também esses fatos ajudaram na construção do antipetismo. Dez anos depois de aprovado o PNHD3, o antipetismo cresceu.
- 3 A propósito do uso do conceito evangelismo e evangélicos, entendemos que Almeida não faz uso rigoroso dos termos, pois escorrega numa linguagem quase jornalística ao caracterizar estes setores, pois ele se refere – em grande parte – aos grupos pentecostais e neopentecostais que assumiram certa hegemonia no campo protestante nas últimas décadas, com um claro projeto de poder como o artigo ressalta. Faltou, nesse sentido, um argumento mais preciso e nuançado, pois o próprio autor escreveu e repetiu no artigo: “Nem todos os conservadores são evangélicos, nem todos os evangélicos são conservadores”. (CUNHA, 2007; BOBSIN, 2002).
- 4 Todas as citações bíblicas do texto têm como referência a BÍBLIA SAGRADA, 2017.
- 5 Entre teólogos de grande expressão na época que se filiaram a essa corrente podemos citar: Karl Barth, Hermann Sasse, Paul Tillich, Dietrich Bonhoeffer, Hans Asmussen, Martin e Wilhelm Niemöller. (VALL, 1976).
- 6 Sobre o pensamento de Karl Barth (2018) naquele momento e sua oposição ao nazismo, cf. artigo Existência teológica hoje. Nele, o autor discute o princípio do líder, ou guia – Führerprinzip – e afirma num claro sentido crítico ao dogma nazista: “Neste momento, uma única coisa pode e deve ser dita [...] a igreja evangélica alemã, na medida em que também ela é integrante da igreja una, santa e universal, tem seu Führer em Jesus Cristo, na palavra de Deus. Jesus Cristo por certo também lhe pode dar Führer humanos, mas justamente por isso ela deve tomar uma decisão [...]: fiar-se em sua condução e na possibilidade de que ele nos dê condutores (Führer), ou, juntamente com

- a igreja do papa e como má imitação dela, entregar-se nas mãos de um Führer autoeleito” (BARTH, 2018, p. 155).
- 7 O autor informa que historicamente esta palavra veio do sul da Palestina, das terras a noroeste do Sinai e ao sul de Kadesh, como encontrado nas inscrições de Kuntillet Ajrud. Além de Êxodo 3, vários textos bíblicos (Deuteronômio 33.2; Juízes 5.4s; Salmo 68.7s-17s; Habacuque 3.3) descrevem a chegada de JHWH de Seir e de outros lugares à região entre o mar Morto e o golfo de Aqaba. Esta descoberta se soma a outra igualmente importante. Dois textos gravados nas paredes de templos da antiga Núbia, hoje Sudão, dão conta do nome mais antigo de Deus. Um dos templos é datado do reinado do Faraó Amenofis III (cerca de 1400 AC), enquanto o outro é da época de Ramsés II em torno de 1250 AC (METTINGER, 2008, p. 50). Uma informação sobre a esposa de Moisés completa tal origem. Ele se casou com a filha de um sacerdote da terra de Madiã (Êxodo 2.15). Ela era de tradição cainita ou quenita, mas a aparente discrepância não é problema, pois Madiã e os quenitas deviam ser grupos tribais próximos. Buscando localizar a região, descobre-se que Madiã se situa na Arábia, no sudeste do golfo de Aqaba, o que leva a situar este lugar na mesma região onde possivelmente está situada a origem do nome JHWH. Ora, isto significa que o nome do libertador dos hebreus também está registrado nas inscrições egípcias (METTINGER, 2008, p. 52). Não deve surpreender, portanto, que a revelação do nome de Deus a Moisés tenha ocorrido quando ele habitava a terra de Madiã (Êxodo 3.1).
 - 8 É digno de nota que, ao se ensinar na catequese cristã os Dez Mandamentos – e o problema se apresentou mesmo no Catecismo Menor do reformador Martin Lutero – não se inicia a catequese como o texto original de Êxodo 20.1s. Ali a narrativa começa assim: “Então Deus falou todas estas palavras: Eu sou o Senhor, seu Deus, que o tirei da terra do Egito, da casa da servidão. Não tenha outros deuses diante de mim” (Êxodo 20.1s). Quer dizer, aqui está bem claro o sentido da presença de Deus. Ele é o Deus libertador que tira um povo da escravidão para a liberdade. Este é o sentido de sua divindade e de sua relação com aquele povo que nem era ainda povo, mas um grupo de escravos que só mais tarde se tornará povo. Qualquer outro deus que exija obediência cega que leve a cair novamente em escravidão não merece este nome. Por isto, o teólogo alemão Frank Crüsemann (1995) escreveu um comentário aos Mandamentos com o título *Preservação da liberdade*.
 - 9 K. Barth, sempre tão crítico a Lutero e que se esmerou em proclamar a divindade de Deus e sua radical separação do ser humano, no artigo sobre *A Humanidade de Deus*, de 1956, afirma que o Deus de Jesus é aquele que se torna parceiro do ser humano, é o Deus cujo poder se volta para baixo, é o Deus que irremediavelmente se coloca ao lado e em favor do ser humano. Sua liberdade maior é tornar sua divindade inserida e implícita na humanidade de todo ser humano em Cristo. O texto pode ser encontrado em Barth (2018).
 - 10 Elias informa que o movimento Escola sem Partido se iniciou em 2004, tendo o procurador Miguel Nagib como seu principal articulador. Seus objetivos declarados afirmam a neutralidade do docente ao lecionar e que este siga o que propugna a Constituição Federal de 1988. O movimento chegou a propor vários projetos de lei nos Estados e até em municípios, exigindo – por exemplo – que fossem afixados nas salas de aula cartazes com os deveres que o docente deve seguir. Evidentemente, houve resistência ao movimento nas categorias dos profissionais de educação, mas também apoio em certas camadas das classes médias e em escolas particulares. Em 2014 foram encaminhados os primeiros Projetos de Lei, visando a implementação do Escola sem Partido nas escolas. Questionamentos surgem a respeito do que seria neutralidade em sala de aula e qual o papel do docente no processo de ensino-aprendizagem. A limitação de liberdade feita ao professor acaba criando no ambiente escolar um clima de tensão na relação aluno-professor, ao invés de um ambiente democrático.

- 11 Em parte, esta queda de popularidade é fruto do sofrimento de milhares de pessoas, tanto as enfermas, quanto devido às que vieram a falecer e que deixam um vazio enorme nas famílias. A conduta do presidente no caso da pandemia mundial que atingiu o Brasil a partir de março de 2020 vem se revelando temerária. É necessária, nesse sentido uma análise atenta à composição das bancadas que apoiam o presidente no Congresso, que se identificam com a Frente Parlamentar Evangélica, com a bancada do agronegócio e, principalmente, deputados e senadores vinculados a setores da segurança pública que tiveram um aumento significativo de parlamentares eleitos em 2018. Além desses setores, o presidente continua com o firme apoio do sistema financeiro, daí a força do ministro da economia, e das Forças Armadas. Cabe destacar a autodenominada Bancada Evangélica, em meio a qual vigora um dualismo quase pueril entre o bem e o mal, como afirmou o senador Magno Malta no dia da vitória de Bolsonaro (ALMEIDA, 2019b, p. 35). Para esta bancada, o presidente representa o bem, a honestidade, a virilidade, o ímpeto pela renovação da política. A oposição, e nela de modo especial o PT, representa o mal, a corrupção, o inchamento do serviço público, as negociatas, o mau uso dos recursos públicos, a falta de moral e ética (ALONSO, 2019). O presidente se apresenta, assim, como o defensor da moral e bons costumes das pessoas de bem, moral que é a realização dos autênticos valores cristãos. Temos aqui o que se poderia caracterizar como a junção do fundamentalismo político com o fundamentalismo religioso, circunstância perfeita para facilitar o caminho sedutor do autoritarismo, no limite, de uma nova ditadura. Não poderia surpreender, então, que desse movimento se chegasse em 2020 a uma crise permanente do governo federal, a várias manifestações em apoio à volta da ditadura, ao fechamento do Congresso e do Supremo Tribunal Federal (STF), e até a volta do Ato Institucional 5 (AI-5), o ato institucional de 1968 que é entendido como o golpe dentro do golpe civil-militar de 1964, e que permitiu todo tipo de arbitrariedades e crimes políticos como a perseguição, a tortura e o assassinato de opositores do regime (LEITÃO, 2020).
- 12 O apoio incondicional da Rede Record de TV do líder da Igreja Universal do Reino de Deus, Edir Macedo, pode servir de exemplo sobre estas implicações, e não só ele como também as Redes SBT e Bandeirantes.
- 13 Como o autor informa, o conceito de cristofascismo veio da teóloga Dorothee SÖLLE, que cunhou o termo em 1970 para analisar as relações dos integrantes do partido nazista da Alemanha com setores das igrejas cristãs, principalmente evangélicas, e que favoreceram o desenvolvimento do estado de exceção alemão a partir de 1933 com a ascensão de Hitler ao poder central. Estas reflexões também remetem aos estudos de Walter Benjamin sobre a barbárie fascista em seu estágio de regressão civilizacional. Para Benjamin na época, tal regressão estava contida nas próprias condições de reprodução da civilização liberal-burguesa. Como explica Fábio Py, “[...] a ação fascista se beneficia das concepções conservadoras sobre a moral, a família e o progresso, transformando o todo nacional em um ‘estado de exceção efetivo’.” (PY, 2020). É este conceito que Fábio Py chama também de cristologia profana, cuja pretensão parece ser a legitimação de um poder absoluto. Sobre as consequências de tal cultura religiosa fascista, (BRUM, 2019; DUMER, 2019).
- 14 O conceito da necropolítica foi elaborado pelo filósofo Achille Mbembe, do Camarões, num ensaio de 2003 (MBEMBE, 2018). Mbembe questiona os limites do Estado quando ele escolhe quem deve viver e quem morrer. Para o autor, quando se nega a humanidade do outro, qualquer violência se torna possível, e no limite, a morte do outro. Necropolítica se dá quando o Estado adota como norma uma política de morte, que separa radicalmente amigos e inimigos.
- 15 O poeta explica: “[...] eles [os arqueólogos] faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão. Logo pensei de escovar

palavras. [...] palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras.” (BARROS, 2010). Hoje temos de escovar as palavras atuais que incitam ao ódio, à violência, à morte, para questioná-las e assim conseguir escutar os clamores de quem sofre.